



Extensão Pesqueira e Extensão Universitária: a experiência da Universidade Federal Rural de Pernambuco¹

Angelo Brás Fernandes CALLOU²
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE

Margarida de Almeida Barros³
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE

Maria de Lourdes de Oliveira⁴
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

No presente trabalho são analisadas as atividades de Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco, entre 2003 e 2007, no âmbito da Pesca e do Desenvolvimento Local. Se o ensino da Extensão Rural e Pesqueira já sinaliza os avanços e os limites da formação e da produção científica nas universidades brasileiras, o mesmo não se pode dizer em relação às atividades de Extensão Universitária, vértice importante da formação e da produção acadêmica. Pouco se conhece sobre as implicações das atividades de Extensão Universitária na formação do profissional das Ciências Agrárias, em geral, e do extensionista, em particular.

Palavras-chave: Extensão Pesqueira; Extensão Universitária; Desenvolvimento Local

Introdução⁵

¹ Trabalho apresentado ao GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Doutor em Ciências da Comunicação e vice-coordenador do programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX). *E-mail:* peixes@elogica.com.br

³ Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

⁴ Engenheira de pesca, Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

⁵ Este estudo faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo, financiado pelo CNPq – Pescando Pescadores Políticas Públicas e Extensão Pesqueira para o Desenvolvimento Local –, desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex/UFRPE), em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.



O objetivo deste trabalho é identificar e analisar os projetos de Extensão Universitária realizados pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) no âmbito do Setor Pesqueiro, entre 2003 e 2007. Especificamente, pretende-se examinar as preocupações desses projetos com o desenvolvimento local de contextos sociais desfavorecidos da pesca e da aquicultura.

O Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), criado em 2004, traz no seu documento básico as principais diretrizes para as políticas públicas de Extensão Rural no Brasil, as quais se contrapõem às atividades extensionistas até então realizadas no meio rural brasileiro e nas Instituições Federais de Ensino Superior. Se, no passado, as políticas públicas de extensão estavam pautadas e comprometidas com a modernização da agricultura e com a chamada Revolução Verde como estratégia de desenvolvimento, agora parecem canalizar suas ações para o desenvolvimento local sustentável.

Mais recentemente, as discussões teóricas no campo da Extensão Rural estão canalizadas para o Desenvolvimento Local e suas implicações metodológicas e políticas, na medida em que o Desenvolvimento Local mantém estreita relação com os processos de globalização. No Brasil, esses processos se disseminaram a partir dos anos 1990. Desenvolvimento Local é aqui compreendido como um processo de aproveitamento prioritário das potencialidades socioeconômicas e culturais das populações e organizações locais, na perspectiva de emancipação social e política (FRANCO, 2001; JARA, 2001).

Noutras palavras, a Extensão Rural na sua conexão atual com o Desenvolvimento Local pretende intervir nos contextos populares desfavorecidos do meio rural, para enfrentar as dinâmicas de exclusão social advindas dos processos de globalização (TAUK SANTOS; CALLOU, 1995; CALLOU; TAUK SANTOS, 2003).

No campo específico das atividades de pesca e aquicultura, o que se observou na Extensão Pesqueira foi uma espécie de sincronia com as políticas públicas de Extensão Rural da Pnater. Com a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR), em 2003, a extensão na pesca abandona, também,



em termos de formulação das suas políticas públicas, o caráter difusionista das ações passadas (DIEGUES, 1979; CALLOU, 1983; CARVALHO; CALLOU, 2008).

Atualmente, a Extensão Pesqueira passou a incorporar também a noção de Desenvolvimento Local no terreno dos seus interesses públicos. Segue, portanto, a trilha aberta pela Pnater. Embora os avanços teóricos no campo da Extensão Pesqueira no Brasil não tenham obtido o mesmo ritmo dos estudos de Extensão Rural, essa tendência já era observada em alguns trabalhos acadêmicos (CALLOU, 1995; CALLOU, 2007) e, principalmente, no I Seminário Brasileiro de Extensão Pesqueira, realizado no Recife, em 2001 (Prorenda, 2003). A Seap/PR, num certo sentido, reproduz essa perspectiva contemporânea da Extensão Pesqueira relacionada ao Desenvolvimento Local.

Diante desses aspectos, podemos dizer que, de um modo geral, as organizações governamentais responsáveis pelas políticas de extensão, seja no campo agrícola ou da pesca, têm seguido, pelo menos em nível do discurso, os estudos contemporâneos da Extensão Rural e Pesqueira. Estudos esses produzidos, principalmente, pelos programas de pós-graduação em Extensão Rural das universidades públicas brasileiras.

Entretanto, no que diz respeito ao ensino da Extensão Rural e Pesqueira nas Ciências Agrárias, os últimos estudos revelam – O Ensino Universitário da Extensão Pesqueira no Brasil (CALLOU, 2003) e O Estado da Arte do Ensino da Extensão Rural no Brasil (CALLOU, PIRES, LEITÃO, TAUK SANTOS, 2008) – o quanto ainda está defasado o ensino dessas disciplinas em relação às práticas extensionistas agendadas pelas organizações governamentais e não governamentais. Noutras palavras, a formação dos extensionistas rurais e pesqueiros parece não corresponder ao perfil profissional esperado pelas organizações para dar conta das atividades extensionistas em comunidades agrícolas e de pesca na perspectiva do desenvolvimento local.

Assim, se a pesquisa e o ensino da Extensão Rural e Pesqueira já sinalizam os avanços e os limites da formação e da produção científica nas universidades, o mesmo não se pode dizer em relação às atividades de extensão universitária, vértice importante da formação e da produção do conhecimento acadêmico. Aspecto facilmente evidenciado no âmbito do setor pesqueiro. Pouco se sabe sobre as atividades de extensão universitária desenvolvidas em contextos da pesca artesanal e da aquicultura



familiar. Contextos hoje eleitos pelas organizações governamentais como imprescindíveis para o desenvolvimento do setor pesqueiro nacional. Igualmente, pouco se sabe sobre as implicações das atividades de extensão universitária na formação do profissional das Ciências Agrárias, em geral, e do extensionista, em particular.

É dentro dessas preocupações que o presente trabalho se dedica às atividades de extensão universitária da UFRPE, especificamente no âmbito da pesca, tendo em vista a *expertise* acadêmica desenvolvida nesse campo de conhecimento, por meio dos cursos de graduação e pós-graduação. Este trabalho pretende, em última instância, reafirmar a importância da extensão universitária como política pública de apoio à sociedade e à formação profissional de extensionistas.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizado, num primeiro momento, um levantamento da literatura relativa à Extensão Universitária, Extensão Rural e Extensão Pesqueira. Igualmente, buscou-se identificar aquela mais especificamente voltada à Pró-Reitoria de Atividades de Extensão (Prae) da UFRPE, na perspectiva de se apropriar dos aspectos históricos e administrativos dessa pró-reitoria para uma melhor compreensão de suas ações intramuros e extramuros da Universidade.

Foram identificados 18 projetos de extensão universitária no âmbito da pesca propostos por docentes e/ou técnicos, entre os 376 projetos aprovados pelo Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão (Cepe) da UFRPE, entre 2003 e 2007. Estes são aqui considerados como projetos oficiais. Igualmente, nesse período foram ainda identificados 25 projetos no âmbito da pesca que, embora desenvolvidos pela UFRPE, não foram encontradas as resoluções de aprovação pelo Cepe. Nestes casos, as proposições são aqui chamadas de projetos extraoficiais. Assim, são ao todo 43 projetos analisados no âmbito da pesca.

A identificação dos projetos foi feita por meio de um levantamento das Resoluções do Cepe, constantes na Secretaria Geral dos Conselhos da UFRPE, na Pró-Reitoria de Atividades de Extensão e Pró-Reitoria de Planejamento (Proplan). Para complementação e identificação dos projetos, foi também realizado um levantamento de



informações nos departamentos de Pesca e Aquicultura (DEPAq), Zootecnia, Veterinária e de Letras e Ciências Humanas (DLCH), da UFRPE.

Após a leitura dos projetos identificados, oficiais e extraoficiais, integrais ou parcialmente constituídos, procedeu-se à sistematização dos dados. Na análise, foram considerados os percentuais de evolução dos projetos de extensão da UFRPE, do período aqui considerado, a distribuição desses projetos por departamentos acadêmicos e pró-reitorias e a distribuição deles por área de conhecimento. Dos projetos de extensão universitária para a pesca e aquicultura, foco central deste trabalho, foram analisadas as tendências dos objetivos, os temas das justificativas, o local da ação, a duração prevista, o público-alvo e os temas para os quais os projetos estão voltados. A escolha dos temas foi realizada a partir da sua ocorrência nos textos dos projetos.

Aspectos Históricos da Extensão Universitária Pública no Brasil

A concepção de extensão universitária surge no Brasil a partir do oferecimento de cursos e conferências gratuitos realizados pela Universidade Livre de São Paulo para a população em geral. A preocupação era a de envolver o ensino e a pesquisa numa concepção de universidade revolucionária, no sentido de que o povo tivesse acesso a esse conhecimento (JENIZE, 2006).

Essa perspectiva de extensão universitária permaneceu, segundo Jenize (2006), no meio estudantil e docente, cujo marco principal, segundo a autora, foram os movimentos de cultura e educação popular, realizados, principalmente, no ano de 1960, na Universidade do Recife, hoje Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

É com o regime militar, a partir de 1964, que a prática da extensão universitária sofre modificações: abandona o seu que-fazer político educacional, para uma concepção assistencialista. Esta limitou o homem de pensar e desenvolver o seu potencial e senso crítico (SILVA, 2006).

A partir de 1990, com a redemocratização do país, a extensão universitária no Brasil se lança mais atuante, apesar de todas as contradições herdadas de sua história recente e também pela sua imagem questionada por diversos segmentos da sociedade.



Em 1999, fundou-se o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, com o apoio da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc) e da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (Abesc). A criação desse Fórum foi importante para fortalecer a cultura de Extensão (SILVA, 2006).

A Constituição Brasileira de 1988 diz em seu Artigo 207 que “as Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (apud SILVA, 1997).

Nesse sentido, podemos dizer que a Extensão Universitária é um meio de adquirir e ampliar o conhecimento por meio de troca de experiência com a sociedade, ou a busca de métodos para enriquecer e comparar o conhecimento elaborado durante o período de aprendizagem acadêmica. Nessa dimensão, a extensão é beneficiadora e beneficiada, desde que esteja apta a trabalhar sem impor seu conhecimento teórico aos contextos populares do meio onde a universidade atua. Assim, a troca de valores se dá de ambas as partes, e cuja finalidade é, em última instância, elevar a sociedade a um patamar de desenvolvimento e de qualidade de vida em todos os aspectos.

Nesse exercício de troca, a universidade necessita da extensão para renovar o ensino e a pesquisa, bem como acompanhar as mudanças que exigem alteração e inovação no campo tecnológico, social e cultural. É dentro dessa perspectiva, que o Fórum Nacional de Reitores, realizado em 1987, reafirma a importância da extensão universitária (Fórum Nacional apud SILVA, 2006, p.34).

Nessa perspectiva de as universidades desenvolverem processos de comunicação participativa com a sociedade, parece imprescindível trazer para dentro da Extensão Universitária a noção de Desenvolvimento Local. Tal como ocorreu com a Extensão Rural e Extensão Pesqueira, o extensionismo universitário deve incorporar o desenvolvimento local como pano de fundo às suas ações e atualizar as práticas participativas numa perspectiva mais contemporânea de desenvolvimento. Ou seja, diante do enfraquecimento das políticas públicas, em virtude do afastamento progressivo do estado pelos processos de globalização, a saída possível apontada para



os contextos sociais excluídos tem sido o desenvolvimento local (TAUK SANTOS, CALLOU, 1995).

Isto é, na medida em que os esforços de intervenção comunitária se voltam para a orquestração dos diversos atores sociais presentes no local (o local pode ser uma rua, um bairro, um município, intermunicípios, uma região), esse próprio contexto ampliará suas formas de organização e pressão social por políticas públicas mais localizadas e mais focadas nos problemas comunitários (CAMPANHOLA, [2002?]). Ao mesmo tempo, essas práticas fazem com que os contextos sociais excluídos descubram suas potencialidades endógenas, sejam elas de ordem econômica, social, tecnológica ou ambiental. As universidades têm um percurso a trilhar nessa direção.

Como se pode observar, opta-se, neste trabalho, pela definição de Desenvolvimento Local de Paulo de Jesus (2003), quando diz que esse tipo de desenvolvimento é um processo que mobiliza pessoas e instituições, buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, e superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. A noção de local tem como referência um espaço físico com suas divisões e subdivisões geográficas. Nesse panorama, é de se perguntar: o que a Universidade Federal Rural de Pernambuco como universidade pública tem promovido para desenvolver essas ações locais e o que elas têm trazido para o ensino e a pesquisa? É com essa preocupação que serão analisadas as atividades de extensão universitária da UFRPE, entre 2003 e 2007.

Os Projetos de Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco (2003 - 2007)

No período considerado neste trabalho, 2003-2007, a Universidade Federal Rural de Pernambuco aprovou 376 projetos de Extensão Universitária. No Gráfico 1, a seguir, pode-se observar a evolução quantitativa desses projetos. Em 2003 e 2004, os projetos aprovados atingiram o percentual de apenas 4% (15 projetos) e 6% (23 projetos), respectivamente. No entanto, em 2005 e 2006, houve um aumento considerável, ou seja, 40% (151 projetos) e 36% (133 projetos), respectivamente, do universo total dos projetos aprovados.



Esse aumento de projetos de extensão universitária da UFRPE em relação aos anos anteriores pode estar associado, talvez, à ampliação do orçamento da Pró-Reitoria de Atividades de Extensão que foi duplicado nesse período, segundo informações do atual pró-reitor de Atividades de Extensão da UFRPE. Entretanto, considerando que, em 2007, foram aprovados 14% do total de projetos, significa dizer que houve uma queda de 25% em relação ao ano de 2006 (Gráfico 1).

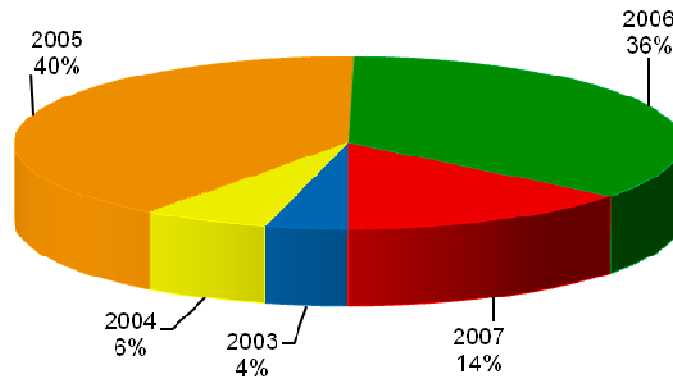


GRÁFICO 1. Percentual da Evolução Anual dos Projetos de Extensão Universitária da UFRPE, 2003-2007.

Fonte: Resoluções do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (Cepe) da UFRPE.

A queda na oferta de novos projetos de extensão universitária pode estar relacionada ao envolvimento de uma parcela dos professores da UFRPE em projetos já em curso, oriundos de anos anteriores, embora isso precise ser mais bem averiguado. Por outro lado, é possível que alguns projetos propostos estejam, ainda, em tramitação, pois se identificou, nesta pesquisa, que a Câmara de Atividades de Extensão reuniu-se apenas duas vezes em 2007. Esta Câmara é responsável pela aprovação de todos os projetos de extensão universitária da UFRPE.

A distribuição dos 376 projetos de extensão universitária aprovados pela UFRPE, entre 2003 e 2007, revela, como se pode observar no Gráfico 2, a seguir, que as unidades acadêmicas que mais aprovaram projetos foram: Departamento de Veterinária, com 56 projetos (14,89%); Pró-Reitoria de Atividades de Extensão (Prae), com 52 (13,83%); Departamento de Educação, com 37 (9,84%); e Departamento de Biologia, com 31 (8,24%).



Entre as unidades acadêmicas que menos apresentaram projetos de extensão universitária estão o Departamento de Pesca e Aquicultura, com 14 projetos (3,72%); o Departamento de Letras e Ciências Humanas, com 12 (3,19%); o Departamento de Matemática e o Departamento de Química, com 10 (2,66%), respectivamente. A Unidade Acadêmica de Serra Talhada (Uast), talvez por se constituir num campus relativamente novo, não aprovou, até o momento, nenhum projeto de extensão universitária. Por outro lado, a Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG), também relativamente recente, apresentou 14 projetos (3,72%), no período aqui considerado. É interessante observar que, extraoficialmente, foram identificados no Departamento de Pesca e Aquicultura 7 projetos de extensão universitária, como veremos adiante. Isto é, projetos que foram executados, mas sem aprovação da Pró-Reitoria de Atividades de Extensão.

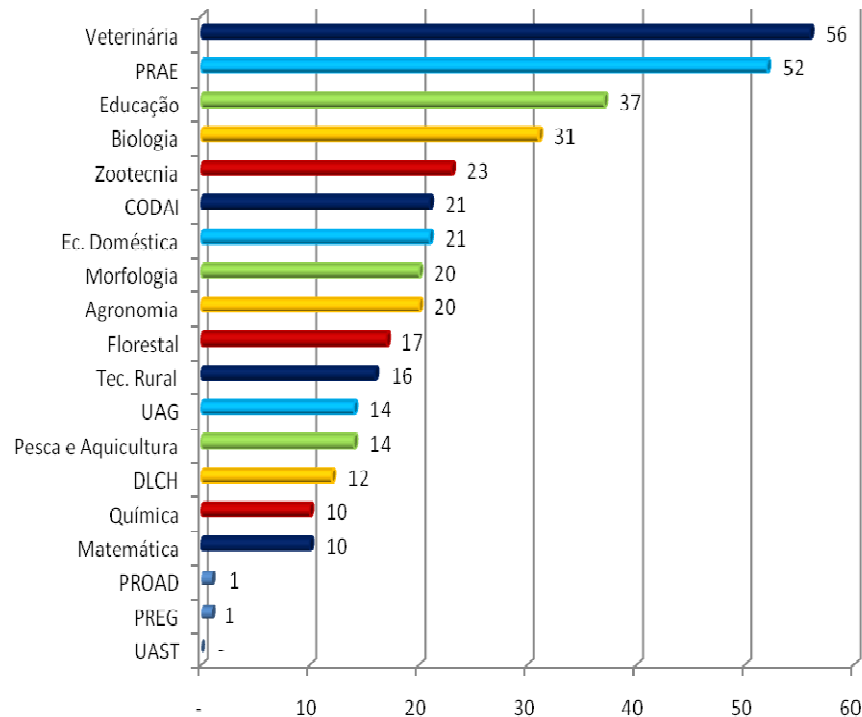


GRÁFICO 2. Distribuição dos Projetos de Extensão Universitária, por Departamentos, aprovados pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), 2003 e 2007.

Fonte: Resoluções do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (Cepe) da UFRPE.



No que diz respeito às áreas de conhecimento, segundo critérios do Sistema de Informação de Extensão (Siex), pode-se observar, no Gráfico 3, a seguir, que os maiores percentuais dos projetos oficiais de extensão universitária, no período de 2003 a 2007, ficaram no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas (26%); Ciências Agrárias (18%); Ciências Biológicas (17%); Ciências da Saúde (15%); e Ciências Humanas (15%). A área de conhecimento com menor índice de projetos aprovados de Extensão foi a de Engenharia e Tecnologia, com apenas 2%.

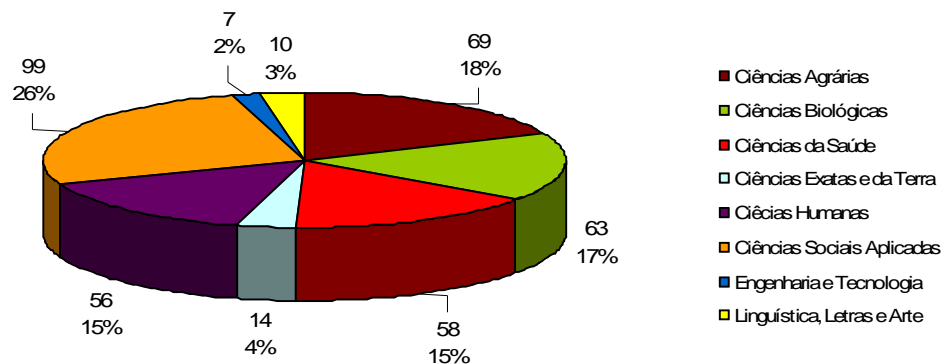


GRÁFICO 3. Distribuição dos Projetos de Extensão Universitária da UFRPE, 2003-2007, por Áreas de Conhecimento.

Fonte: Resoluções do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (Cepe) da UFRPE.

A partir do Gráfico 3, podemos inferir que os projetos de extensão da UFRPE revelam uma preocupação da instituição com os aspectos sociais extramuros, considerando que as áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas somam-se em 41% dos projetos de extensão universitária entre 2003 e 2007.

Projetos de Extensão Universitária da UFRPE para Pesca e Aquicultura

Neste tópico, serão analisados os projetos de extensão universitária desenvolvidos pela UFRPE para o setor pesqueiro. Os dados levantados revelam uma produção de 44 projetos de extensão, oficiais e extraoficiais, relacionados às atividades de pesca e aquicultura. Desse total, 18 projetos são oficiais e os demais extraoficiais



(projetos que não foram identificados nas resoluções do Cepe). Esse conjunto de projetos está relacionado, principalmente, a comunidades pesqueiras, seminários, encontros, simpósios, palestras, oficinas, cursos e congressos acadêmicos.

Destacamos, nesta análise, os objetivos, justificativa, período de execução, local, público atingido, atividades desenvolvidas e resultados esperados, que foram propostos para os projetos de Longa Duração, ou seja, projetos que foram desenvolvidos com duração acima de três meses. Aqueles com duração menor do que três meses são considerados aqui como de Curta Duração.

Os projetos de longa duração foram sistematizados em quatro categorias: Econômico-Produtiva (redução de custo de ração, alternativa de renda, etc.); Educação Ambiental (minimizar e/ou abolir os impactos das atividades humanas no meio ambiente); Socioeconômico (criar condições para que o produtor obtenha uma melhor qualidade de vida); e Desenvolvimento Sustentável (envolver o trabalhador dentro de uma compreensão global no que se refere ao uso adequado da biodiversidade para uma concepção de vida holística).

Nas categorias Econômico-Produtiva e Socioeconômica está alocada a maioria dos projetos de extensão universitária da UFRPE na área de pesca. Quando o público-alvo dos projetos é formado por pescadores, a categoria Socioeconômica atinge 55,56%. Entretanto, quando o público-alvo é constituído de pequenos agricultores e piscicultores, esta categoria não atinge nenhum percentual. Em contrapartida, a categoria Econômico-Produtiva alcança esse público-alvo em 66,67% dos casos. Isto é, o maior índice entre todas as categorias apresentadas.

Se a extensão universitária objetiva se inserir na sociedade por meio de projetos que apõem as comunidades, neste caso, as comunidades rurais e pesqueiras, pode-se observar, na pesquisa, que eles foram canalizados, em termos totais, para as categorias Econômico-Produtivas (37,5%) e Socioeconômica (31,25%). Resta saber se essas ações realimentam o ensino e a pesquisa, bem como a própria extensão universitária, na UFRPE.



No que se refere ao Desenvolvimento Local como categoria de interesse neste trabalho, pode-se inferir que poucos foram os projetos relacionados a essa temática, se for considerado que o Desenvolvimento Sustentável é, por assim dizer, parte integrante desse tipo de desenvolvimento. A categoria Desenvolvimento Sustentável atingiu apenas os percentuais de 11,11% e 6,25 % para o público-alvo Pescadores e Estudantes, Técnicos e Professores, respectivamente.

No que diz respeito aos objetivos propostos nos projetos de extensão universitária da UFRPE, na área de pesca e aquicultura de longa duração, pode-se observar que eles estão voltados para cinco temas principais. Entre os que mais se destacam, estão: Preservar o Meio Ambiente, 42,86%, e Prestar Assistência Técnica, 37,81%.

É interessante observar que temas importantes discutidos hoje dentro da Extensão Rural e Pesqueira para o desenvolvimento local (CALLOU et al., 2008) apresentaram percentuais baixos, como são os casos de Formação em Cooperativismo e Gênero, que obtiveram 7,14%, respectivamente.

Quanto aos temas abordados nas justificativas dos projetos de longa duração na área de pesca e aquicultura da UFRPE, observou-se que a preocupação com Alternativa Econômica (24%) e o Potencial do Litoral de Pernambuco para Maricultura (12%) se sobressaíram dos demais temas identificados. De um modo geral, as justificativas apresentadas nos projetos, a julgar pelos demais temas identificados, têm no desenvolvimento da aquicultura a sua principal preocupação. Pode-se inferir, ainda, que essa preocupação tem caráter econômico, isto é, alternativa de renda para contextos sociais desfavorecidos, tendo em vista que a categoria Alternativa Econômica aparece como a mais citada (24%) nas justificativas dos projetos.

Quanto ao local e duração dos projetos de extensão universitária, pode-se observar que eles estão sendo realizados quase que exclusivamente nos municípios próximos à capital de Pernambuco, Recife. A escolha dos municípios para implementação dos projetos pode estar não apenas ligada aos locais de maior potencial para o desenvolvimento da aquicultura, pois são municípios litorâneos (ou em bairro do Recife, próximo a estuários, como a Ilha de Deus, por exemplo), mas também à



proximidade que eles têm da cidade do Recife e da UFRPE. Aspecto que facilita o deslocamento de professores, técnicos e alunos para o desenvolvimento das atividades. Como se sabe, os recursos e a infraestrutura destinados às atividades de extensão nas universidades públicas brasileiras estão aquém dos incentivos, por exemplo, à pesquisa acadêmica. A duração desses projetos varia de um a mais de doze meses.

Para a dinamização da pesca e da aquicultura em municípios litorâneos e bairros do Recife, os projetos de extensão universitária da UFRPE desenvolvem, de acordo com o Quadro 1, uma série de atividades. Elas vão desde a orientação técnica aos participantes dos projetos, até aquelas que possam democratizar o conhecimento, passando por cursos, oficinas, avaliação de resultados, cadastramento de pescadores e a formação e consolidação de grupos de mulheres. Os resultados esperados com o desenvolvimento dessas atividades são, entre outros, a disponibilidade de alimentos alternativos, a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e a preservação ambiental.

Embora não se tenha encontrado explicitamente nos projetos de extensão universitária da UFRPE, no âmbito do setor pesqueiro, preocupações com o desenvolvimento local, pode-se inferir que, de alguma maneira, a noção do desenvolvimento local perpassa as ações desenvolvidas, se considerarmos os resultados esperados. Entretanto, o desenvolvimento local na medida em que pressupõe, além das preocupações com as potencialidades econômicas locais com preservação ambiental, com as habilidades das pessoas e seu empoderamento sociopolítico e econômico, implica a articulação de parcerias institucionais. Com o afastamento do estado das políticas públicas (KLISKBERG, 2003), é condição *sine qua non* que as organizações governamentais e não governamentais se articulem para promover o desenvolvimento local. Diante disso, a pergunta que fica é como desenvolver projetos de extensão universitária pública em contextos populares da pesca e da aquicultura quando não estão explicitadas as parcerias institucionais para o desenrolar das atividades de extensão da UFRPE? Isso deixa margem para se pensar que as noções de desenvolvimento local embutidas nos projetos de extensão dos professores e técnicos partem muito mais de



uma compreensão individual do que mesmo de uma política mais ampla da Pró-Reitoria de Atividades de Extensão da UFRPE.

Embora não se tenha tido acesso aos projetos de curta duração do Departamento de Pesca e Aquicultura da UFRPE, é possível inferir, a julgar pelos títulos dos projetos, que a perspectiva do desenvolvimento local não perpassa, ainda, as preocupações com essas atividades extracurriculares. Embora isso precise de uma análise mais detida, os títulos parecem sugerir um aperfeiçoamento de áreas já amplamente consideradas na estrutura curricular do Curso de Engenharia de Pesca.

Tais aspectos, todavia, não se constituem fato isolado no cenário brasileiro, particularmente no que diz respeito às Ciências Agrárias. Estudos recentes, como os já abordados na introdução deste trabalho (CALLOU, 2003; CALLOU, PIRES, LEITÃO, TAUK SANTOS, 2008), revelam a defasagem existente entre o que se avançou, do ponto de vista teórico, na Extensão Rural e Pesqueira (refletido no próprio Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e o ensino dessas disciplinas nas universidades. Noutras palavras, a extensão universitária da UFRPE acompanha, por assim dizer, o ensino defasado da Extensão Rural e Pesqueira no ensino superior brasileiro.

Considerações Finais

Com a preocupação de identificar e analisar os projetos de extensão universitária desenvolvidos pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), entre 2003 e 2007, este trabalho buscou revelar as preocupações da UFRPE com o desenvolvimento local de contextos sociais desfavorecidos, no âmbito da pesca e aquicultura.

Ao se empreender esforços, nesta pesquisa, para identificação dos projetos de extensão universitária da UFRPE, o que se observou foi uma fragilidade na gestão desses projetos por parte da Pró-Reitoria de Atividades de Extensão (Prae). Como foi visto, nem todos os projetos de extensão da Universidade são institucionalizados, ou seja, não tramitam nas instâncias pertinentes. Nesse sentido, tornam-se difíceis o acompanhamento e o apoio aos projetos desenvolvidos. Tal aspecto deixa margem para se pensar que a extensão universitária da UFRPE parte muito mais de uma iniciativa



abnegada de seus professores, técnicos e alunos, do que mesmo de uma política da UFRPE no campo das atividades de extensão. Os esforços da Prae parecem existir, mas não conseguem mudar o quadro de desarticulação entre o ensino e a pesquisa, haja vista que as reuniões da Câmara de Extensão foram praticamente inexistentes, em um dos anos aqui considerados. Fato que explica, talvez, a quantidade de projetos extraoficiais desenvolvidos.

Se, de um lado, é imprescindível a disposição dos professores, alunos e técnicos da UFRPE para montar e implementar projetos de extensão e manter viva a relação universidade/sociedade, por outro, a fragilidade da gestão por parte da Prae pode impedir que essas ações sejam bem coordenadas e voltadas para os reais problemas da sociedade. Pensar o ensino e a pesquisa a partir de uma inserção social planejada da universidade permitirá diminuir, como assim propaga o Fórum Nacional dos Reitores, o fosso entre os dois pólos de comunicação da extensão universitária.

Considerados esses aspectos, é possível compreender o porquê de os projetos analisados no âmbito da pesca e da aquicultura estarem (salvo algumas ressalvas) praticamente alheios às noções contemporâneas do desenvolvimento local. Como foi visto, há um interesse significativo dos professores, técnicos e alunos da UFRPE em promover ações sociais no campo do setor pesqueiro, mas sem que essas ações se constituam em um projeto de desenvolvimento local. Há preocupações com as questões ambientais, com o desenvolvimento de potencialidades econômicas endógenas, principalmente ligadas à aquicultura, mas carecem de articulações com outras organizações nos procedimentos de intervenção social. Como se sabe, o desenvolvimento local pressupõe estabelecer processos de concertação/orquestração dos diferentes sujeitos envolvidos no local. A universidade é apenas um desses elementos.

A impressão que fica ao se debruçar sobre os projetos de extensão da UFRPE é de que há, ainda, um longo caminho a ser percorrido, no sentido de estabelecer a desejável indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, nos dias que correm, as aberturas de editais públicos para fomento às atividades de extensão (diga-se de passagem, quantitativamente inferiores aos editais de pesquisa), aliados às avaliações institucionais que privilegiam publicações de artigos científicos (de concurso



público de professor; de programas de pós-graduação, Capes; de bolsas de auxílio à pesquisa, CNPq, Facepe, etc.) parecem contribuir para neutralizar as iniciativas das universidades no campo da extensão. Diante disso, é de se perguntar se o modelo atual de extensão universitária, lastreado na indissociabilidade do ensino e da pesquisa, pode, ainda, ser trilhado como política universitária, ou há que se pensar essa indissociabilidade a partir de possibilidades inovadoras como as que são apontadas pelo Desenvolvimento Local?

Referências

CALLOU, Angelo Brás Fernandes; PIRES, Maria Luiza Lins e Silva; LEITÃO Maria do Rosário de Andrade; TAUK SANTOS, Maria Salett O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil. *Relatório de pesquisa*. Itamaracá-PE, 2008. p.9-25. Relatório apresentado no Seminário: O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil. [sob] realização da UFRPE, secretaria de Agricultura Familiar e Ministério de Desenvolvimento Agrário.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Extensão pesqueira como disciplina recente na universidade brasileira. CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PESCA, 2, Manaus, *Anais...* Manaus: 1983.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *O associativismo pesqueiro no Brasil: aspectos históricos e perspectivas*. Recife: UFRPE/Pape, 1995, 19 p. (Documento, n. 5).

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. O ensino universitário da extensão pesqueira no Brasil. In: TAVARES, Jorge. (Org.). *Extensão rural e desenvolvimento sustentável*. Recife: Bagaço, 2003. p. 23-36.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *Extensão rural: polissemia e memória*. Recife: Bagaço, 2007.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUK SANTOS, Maria Salett. Extensão pesqueira e gestão no desenvolvimento local. In: PRORENDA RURAL. *Extensão pesqueira: desafios contemporâneos*. Recife: Bagaço, 2003. p.223-236.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. *Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local*. O Novo Rural. Capital humano e capital social no desenvolvimento local sustentável. [S.l. : s.n.], [2000?].

CARVALHO, Felipe Eduardo A; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Extensão pesqueira e desenvolvimento local: a experiência da Secretaria Especial de Aquicultura



e Pesca, no Estado de Pernambuco, 2003 – 2006. *Interações*, Campo Grande, v. 9, n. 1, p.65-76, jan./jun. 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *Pescadores sitiantes e trabalhadores do mar*. São Paulo, 1979. 314 p. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1979.

FRANCO, Augusto de. *Capital social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy*. Brasília: Instituto de Política, 2001.

JARA, Carlos Julio. *As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável*. Brasília: IICA, 2001.

JENIZE, Edineide. A extensão universitária como prática social. *Temas em Educação*, João Pessoa, v. 15, p. 118-130, 2006. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/15%20GT%20Edineide%20Jenize.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2008.

KLIKSBERG, Bernardo. Como reformar o Estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI. In: *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. 2. ed. São Paulo: Cortez. 2003. Cap. 3, p. 69-76.

PRORENDA RURAL-PE. *Extensão pesqueira: desafios contemporâneos*. Recife: Bagaço, 2003.

TAUK SANTOS, Maria Salett; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Desafios da comunicação rural em tempo de desenvolvimento local. *Signo, LOCAL*, ano 2, n. 3, p. 42-47, set. 1995.

JESUS, Paulo de. Desenvolvimento local. In: CATANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

SILVA, J. A. da. *A difícil institucionalização da política de extensão na universidade: um estudo de caso*. 2006. 86 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SILVA, O. D. da S. *O que é extensão? Integração, ensino, pesquisa e extensão*. v. 3, n. 9, p.148-149, 1997. Disponível em: <<http://www.cientificocultural.com/ECC2/artigos/oberdan9.html#rodape>>. Acesso em: 12 nov. 2009.